

**POLÍTICAS INCLUSIVAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS COMO CONDICIONAMENTO  
DAS DIRETRIZES DE LASWELL****INCLUSIVE POLICIES IN PUBLIC UNIVERSITIES AS CONDITIONING OF LASWELL  
GUIDELINES** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.012-035>**Fernanda Cláudia Araújo da Silva**

Mestre em Direito pela UFC e doutoranda em Direito pela UL

Universidade Federal do Ceará

E-mail: f.c.araujo@hotmail.com

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/5403306873366136>ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5932-2969>**RESUMO**

Realiza-se um estudo sobre políticas públicas inclusivas como forma de superação das desigualdades no âmbito educacional superior. O propósito é trazer à discussão a teoria de Laswell em se verificar a aplicação das políticas inclusivas no ensino superior. A questão perpassa pela desigualdade social e econômica na implementação de tais políticas públicas, de forma que se discute a natureza e as medidas como governamentalidade, a partir do pensamento de Foucault. A matéria possui uma relevância social e é discutida sob os questionamentos de Lasswell, demonstrando que a análise das decisões de políticas inclusivas responderá as indagações de: “Quem ganha?”, “O que se ganha?”, “Por que se ganha?” e “Qual a diferença em ganhar? A pesquisa se identifica com as ações afirmativas e busca a efetivação da isonomia de situações desiguais na sociedade, concebidas para responder as perguntas lasswellianas. Metodologicamente, opta-se por um iter de pesquisa doutrinário a partir de texto, documentos e leis sobre acessibilidade e políticas públicas para mudar a sociedade, como o Programa INCLUIR e alcançar a concretização dos direitos fundamentais na construção de uma sociedade como proposta na Constituição de 1988.

**Palavras-chave:** Políticas públicas inclusivas; Lasswell; Mudança da sociedade.**ABSTRACT**

A study is carried out on inclusive public policies as a way of overcoming inequalities in higher education. The purpose is to bring to discussion Laswell's theory in verifying the application of inclusive policies in higher education. The issue permeates social and economic inequality in the implementation of public policies, so that the nature of such measures as governmentality is discussed, based on Foucault's thinking. The matter has social relevance and is discussed under Lasswell's questions, demonstrating that the analysis of inclusive public policy decisions will answer the questions of “Who wins?”, “What do you win?”, “Why do you win?” and “What's the difference in winning? The research identifies with affirmative actions and seeks to achieve equality in unequal situations in society, designed to answer Lasswellian questions. Methodologically, we opt for a doctrinal research approach based on text, documents and laws on accessibility and public policies to change society, such as the INCLUIR Program and achieve the realization of fundamental rights in the construction of a society as proposed in the 1988 Constitution.

**Keywords:** Inclusive public policies; Lasswell; Changing society.



## 1 INTRODUÇÃO

Para as superações das desigualdades sociais, as políticas públicas enfrentam divergências existentes no Brasil, ao mesmo tempo em que ocorrem o reconhecimento de direitos, mas, carecendo de avaliações e aplicações de medidas de enfrentamento mais efetivas.

Sobre essas políticas, é necessário que se faça uma adequabilidade de mecanismos específicos para cada setor (SOUZA, 2006), devendo relacioná-las às regras de implementação, identificada, principalmente, nas hipóteses em desmontes (fragilizações públicas) (GOMIDE, SILVA, LEOPOLDI, 2024), reconhecendo-se na não aplicabilidade das formulações de políticas anteriormente estabelecidas.

Com isso, escolhe-se um setor para ser analisado, no caso, a acessibilidade universitária (pessoas com deficiência que chegam ao ensino superior), a partir da evolução histórico-legal de lutas que almejam medidas implementadas e que estão sendo desconfiguradas, nos desmontes que vêm ocorrendo.

As indagações propostas, por meio da especificação do tema, se justificam a partir do olhar de teóricos da Escola de Chicago (principalmente por Simon e Lindblom) em que mostram o objetivo da construção das políticas públicas, ao mesmo tempo em que respondem às indagações proposta por Laswell (1958), que introduz a análise das políticas públicas (*Policy Analysis*).

Esse referencial importa afunilar a análise da temática proposta sobre as políticas inclusivas no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), tendo em vista a destinação de recursos públicos orçamentários, exatamente onde se enquadram as razões do desmonte e do enfraquecimento de tais políticas, mesmo diante de uma legislação moderna e de referência multifaces, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Lei nº 13146/2015).

Como tem sido feito, os monitoramentos das políticas de acessibilidade nas universidades públicas, na identificação dos desmontes orçamentários para o setor, até se chegar, a, *contrario sensu*, o que deve ser feito para superar essas desigualdades reais, mesmo juridicamente implementada a igualização, refletida no campo das universidades públicas.

O marco utilizado por conta da efetivação da promulgação da LBI reforça as políticas públicas de acessibilidade nas universidades para que se possa responder à pergunta do construto *lasswelliano*: “Qual a diferença em ganhar? A questão se trata da acessibilidade no ensino superior traz um grande ganho à atuação profissional.

Isso quer dizer que se as universidades públicas possuem fragilidades por conta das *Policys desmonting* (GOMIDE, SILVA, LEOPOLDI, 2024) e as atuações profissionais são afetadas.

O artigo, em sua delimitação, corresponderá à similitude dos objetivos apresentados. O objetivo geral é analisar os principais pontos enfrentados pela acessibilidade nas universidades públicas. Quanto aos objetivos específicos, são: estabelecer um estudo acerca das políticas públicas no contexto histórico e identificar as políticas públicas inclusivas destinadas ao ensino superior.



A acessibilidade tem trazido discussões na atualidade e requer mudanças no sistema educacional brasileiro urgente, tendo em vista que a legislação brasileira assegura a todos o direito à educação, garantindo o acesso e a permanência do aluno, considerando suas especificidades. Nesse sentido, Ross (2003, p. 3) afirma que incluir “[...] é oferecer mudanças para manifestação do humano e não a simples readequação físico-espacial dos sujeitos.

As políticas públicas definidas pelos ‘*makers*’ do poder, em qualquer de seus modelos na visão de Lowi (1972) tem suas bases iniciais a partir da escola Sociológica de Chicago, na busca da trajetória da implementação das políticas públicas. Dentro dessa análise de formação, apesar da existência de pontos satisfatórios e às vezes, não satisfatórias, as políticas públicas são confrontadas, muitas vezes, às suas próprias regras (SOUZA, 2006).

As fragilidades das políticas públicas têm sua foto sob os desmontes que têm passado, e a partir desse referencial, analisa-se da racionalidade trazida por Simon e Lindblom (SOUZA, 2006), que impõe uma necessária reconfiguração das políticas públicas por meio de fatores envolvidos (SOUZA, 2006).

Essa discussão quando vista sob o cenário das políticas públicas inclusivas, centra-se dentro de um eixo da organização sócio-política estatal, viabilizando os direitos individuais a que se destinam, e deve ser vista sob um avanço produzido pela democratização da sociedade brasileira, como reflexo de movimentos dos direitos humanos (PIOVESAN, 2009).

As políticas inclusivas apontam uma emergência para que se construam espaços e alternativas de convívio com as diferenças (diversidade), principalmente dentro das instituições de ensino superior, considerando-se assim, como políticas fundamentais ao desenvolvimento democrático. Mas, esse cenário, inclusão por políticas públicas estatais, cada vez mais se distancia de soluções, tendentes a reforçar a discriminação e à conseqüente exclusão.

Portanto, as medidas de *Public Police* na seara inclusiva, mesmo tendo se fortalecido por meio de diversas mobilizações ao longo do tempo, sua efetivação a partir de medidas públicas assumidas pelo estado (PROVIN, 2013) tem se enfraquecido, situação a qual deve ser constantemente debatida sob uma compreensão de governamentalidade, pensamento de Foucault (2004), e ser entendida sob as conjecturas atuais e os modelos de exercício de governo de uns sobre os outros. E isso, leva a análise do entendimento de Foucault (2004) sobre a expressão governamentalidade,

Para tanto, Fimyar (2009) define o termo relacionando-o sobre os modos de se pensar a atuação estatal e as diferentes mentalidades de governo presentes, o que dá ensejo a uma análise de medidas a partir das várias esferas sob diferentes contextos (FIMYAR, 2009), compreendendo que Foucault (2009) passa a estabelecer a separação e ao mesmo tempo, a interdependência entre o exercício do governo (práticas) e as mentalidades que sustentam as práticas, o que se pode pensar sob esse entendimento da



governamentalidade de Foucault, as decisões de cada governante modificam as ações durante aquele período.

Sendo assim, na governamentalidade de Foucault (2004) as ações e as políticas públicas são fomentadas pelo estado e estabelecidas dentro de uma relação neoliberal, formando-se um forte nexo (liame) com o cenário político do período, como também, identificado nas diretrizes educacionais existentes (MACHADO, 2022).

## **2 METODOLOGIA**

A escolha metodológica envolve assuntos relacionadas às políticas públicas, e no dizer de Gomes (2003), esses assuntos demonstram uma sinonímia com as ações afirmativas buscando a efetivação da isonomia de situações desiguais na sociedade, quando concebidas as medidas sob o viés racial, gênero, por deficiência ou ainda alcançando a origem dos indivíduos ou outra situação de desigualdade marcante no contexto social, na busca pela mitigação dos efeitos discriminatórios e pelo ideal de efetiva igualdade de acesso.

Esse primeiro parâmetro na identificação dos objetivos propostos é considerado descritivo (CERVO & BERVIAN, 2002), perpassando por elementos qualitativos, que correspondem a um embasamento teórico.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O reflexo neoliberal e a governamentalidade colocam as políticas públicas no denominado jogo econômico vivenciado (MACHADO, 2022), o que acaba por impor exclusões, ocasionando os desmontes das políticas públicas. Praticamente o desmonte tem como esteio as razões neoliberais, de forma que se consistem em colocar as políticas públicas na racionalidade do mercado (FOUCAULT, 1997), ou ainda, o Estado com suas funções nas pautas mercadológicas (MACHADO, 2022), o que Lopes et. al (2010) chamam de 'in/exclusão'. Essas questões de mercado, por conta do neoliberalismo dirigirá a efetivação das políticas públicas, colocando a temática sob o viés muito restrito ao que realmente as políticas inclusivas buscam minorar os problemas sociais.

Não sendo diferente, as políticas públicas inclusivas no campo da acessibilidade do ensino superior têm enfrentado estratégias social e política de diferentes sujeitos no círculo neoliberal. Apesar de Gallo (2013) afirmar que o Brasil vive em uma governamentalidade democrática, desde o processo de redemocratização do país, com vários avanços e garantias. A questão não se enquadra nos avanços, mas nas reduções das políticas públicas por desmantelamento, sob o fundamento neoliberal, principalmente. O entendimento de Gallo (2013) mostra um avanço jurídico, mas carecem de ações/medidas à real



implementação das políticas públicas, pois avanços jurídicos não representam avanços reais e de alcance. Isso porque, tais avanços dependem de recursos financeiros para a implementação.

Sob o cenário brasileiro, quando as políticas públicas não são efetivadas, ensejam a fragilização com o passar do tempo, acarretando gravames, que assolam as políticas públicas (LAZZARATO, 2019) e a sociedade, principalmente pela radicalização do governo em diversos setores, inclusive pelo populismo (de direita). Essa forma de expressão (populismo e direita) traz influências externas muito fortes para dentro do governo, sob o viés forjado de se fortalecer a eficiência e a política interna. Esse discurso populista não engrandece políticas públicas, ao contrário, fortalece preconceitos, como se observou, no sentido de mostrar que a política pública é um assistencialismo, (ALVES, SEGATTO, PINEDA, 2021).

Assim, posturas de neoliberais e de neoconservadorismo de extrema direita na aplicabilidade de políticas públicas levam-se a práticas de políticas públicas a um reducionismo, o que Brown (2019, p. 154) afirma que essa postura dá “vida a um novo poder que nasce para contestar a democracia”, consolidando uma governamentalidade neoliberal que traz a exclusão.

Machado (2022) coloca no governo radical a compreensão de que as políticas inclusivas passam pelo Estado por uma desarticulação arquitetada, o que gera uma preocupação desses desmontes, chamando-o de apagamento do coletivo, a partir de desarticulações lutas travadas ao longo do tempo (DUBET, 2020), quebrando direitos e aniquilando ações afirmativas.

Os governos federal e estadual realocam seus recursos, o que dá ensejo ao processo de exclusão das políticas públicas, justificando suas medidas pelo direcionamento neoliberal (políticas fiscais), desarticulando os avanços oriundos de lutas coletivas (DUBET, 2020) e retroalimentando a exclusão. A possibilidade de se redirecionar recursos para atuações afirmativas acobertadas por políticas públicas está na contramão dos governos neoliberais.

Sobre isso, Rêgo e Benevides (2019) tratam a análise das políticas públicas dentro de um espaço contraditório e de singularidade que acabam por serem estabelecidas dentro de uma dependência econômico-política da sociedade brasileira e inserido no cenário político internacional de um mercado globalizado, por isso esses revezes. Mas, todas as vezes que se mencionam contrarreformas neoliberais ocorrem rebatimento e ataques, principalmente relacionadas à educação superior (RÊGO, BENEVIDES, 2019) e sua principal incidência é a redução orçamentária.

Mas isso precisa ser redimensionado, para que métricas verdadeiras sejam demonstradas e, para que o papel da inclusão nas instituições de ensino superior seja redimensionado e que se possa compreender as políticas públicas inclusivas, a partir de variáveis dependentes (SOUZA, 2006).

No entanto, não se quer excluir a função estruturalista e funcionalista do estado trazidas pela globalização, mas, se compreender que a atuação governamental segmenta em interesses de certos grupos



deve se estruturar dentro de um diálogo, planejamento, monitoramento e com avaliação das políticas públicas inclusivas no ensino superior.

As fragilizações das políticas inclusivas no âmbito das universidades geram desigualdades no próprio sistema de ensino superior, como na relação sistema de ensino e estrutura social (NUNES, ANDRADE, 2023).

A desigualdade gerada por conta da ausência de políticas públicas eficazes acaba por recair no pensamento de Bourdieu (2015, p. 45) “pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”.

A inclusão no ensino superior tem que quebrar esse culturalismo do acesso às universidades, somente às classes sociais menos abastadas, mas, por pessoas que devem ser incluídas e essa inclusão deve ser real e não somente simbólica (LAHIRE, 1997), identificada sob a prospecção redistributiva, como entende Lowi (1972).

Consegue-se identificar a relevância social a partir de resultados advindos das políticas inclusivas desmobilizadas, bem como pelas reduções de medidas, principalmente econômicas (como decorrência do neoliberalismo), mostrando-se que a importância das políticas públicas inclusivas no âmbito das universidades públicas, demonstrando-se que, o que importa, não é o que se gasta com as ações das políticas inclusivas, mas os resultados que serão efetivados.

A matéria possui uma relevância social a qual responde aos questionamentos de Lasswell (1958) demonstrando que a análise das decisões das políticas públicas inclusivas responderá as indagações de “Quem ganha?”, “O que se ganha?”, “Por que se ganha?” e “Qual a diferença em ganhar?”

De fato, implica em responder as indagações *laswellianas* a partir das medidas implementadas pelo governo relevando as referências do poder, pela demonstração que as ações neoliberais diminuiram as políticas públicas inclusivas, respondendo ao incrementalismo de Lindblom (1959), com suas limitações e fragmentações das decisões de ações e valores da implementação as políticas públicas foram tomadas por critérios de escolha relacionada não com a contribuição à satisfação dos objetivos preexistentes, mas com grandes mudanças drásticas de um modelo advindo de conquistas (PEREIRA, LOBLER, SIMONETTO, 2010).

A primeira resposta de Lasswell (1958) se baseia na identificação de quem ganha com as políticas inclusivas. Essa resposta está inserida no contexto multidimensional incluído o Estado e a sociedade, tendo em vista que a implementação de políticas públicas inclusivas no ensino superior traz em si um referencial de mudança social, tanto que Peters (2015) afirma que as políticas públicas são atividades implementadas pelos governos com a finalidade de mudar a economia e sociedade, sendo estes os ganhadores das políticas inclusivas, permitindo, inicialmente que sintam-se pertencente a essa sociedade e possam contribuir economicamente.



Identificar os ganhadores é apontar também os beneficiários das políticas, podendo-se mencionar diretamente quem são os destinatários de processo de implantação de tais políticas públicas, encontrando-se, nesse momento com os *outputs*, *outcomes* e *impacts*, a envolver os responsáveis pela implementação das políticas públicas inclusivas, mas também na análise das estruturas responsáveis pelo desenho e implementação da política interagindo com diversos atores que influenciam a tomada de decisões (HOWLETT, RAMESH, & PERL, 2020; KNILL & TOSUN, 2020). Portanto, apontar o ganhador é voltar-se para o estado e o próprio indivíduo beneficiário da política pública, a pessoa com deficiência que pode contribuir com a sociedade, com o estado e com a economia.

O outro propósito é destacar o diferencial, apontando em se ganhar, o que possibilitará, permitir que a evolução temporal comece a ser demarcada por mudanças participativas dos beneficiários diretos e indiretos das políticas públicas, compreendendo que a participação dos beneficiários está identificado entre os envolvidos, que, de alguma forma, afetam algum tipo de dimensão em sua vida, como trabalho, moradia, saúde etc., podendo lhes impor os ganhos ou perdas (RUA & ROMANINI, 2013), influenciando a forma que lhes favoreçam enquanto pertencentes à sociedade.

Tratar de políticas públicas inclusivas nas instituições de nível superior é permitir que pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidade e como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) que tratou das diretrizes da educação afirmando que,

...a educação deve ter por finalidade não apenas formar as pessoas visando uma profissão determinada, mas sobretudo colocá-las em condições de se adaptar a diferentes tarefas e de se aperfeiçoar continuamente, uma vez que as formas de produção e as condições de trabalho evoluem: ela deve tender, assim, a facilitar as reconversões profissionais (UNESCO, 1972).

Dentro desse parâmetro, a educação proposta pela UNESCO, para os signatários, determina que o papel do estado é estabelecer apoio político e financeiro para a educação e transformar a realidade educacional, influenciando mudanças, principalmente por meio de uma educação inclusiva e de qualidade. Assim, pode ser analisada a política pública denominada INCLUIR<sup>1</sup>, como instrumento de atuação das diretrizes constitucionais do art. 205 em busca do desenvolvimento da pessoa com deficiência e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

---

<sup>1</sup> O Programa Incluir trata da acessibilidade na educação superior. É uma política pública da União, executada por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, com o objetivo de fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, os quais respondem pela organização de ações institucionais para garantir a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, especialmente, após a criação da Lei Brasileira de Inclusão. Menciona-se também o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no §2º do art. 5º, que assevera: “VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. § 5a Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência;”



As políticas públicas educacionais possuem um efeito dialético, saindo das obrigações do governo, passando para a família e voltando-se à sociedade no momento da formação dos cidadãos, capaz de alcançar o sistema econômico do estado, a importar a garantia de acesso à educação.

O alcance da sociedade e da economia traz uma estreita ligação entre educação, trabalho e renda, o que leva a identificar que as políticas públicas inclusivas correspondem ao atendimento do pacto federativo (ABICALIL, CARDOSO NETO, 2010), em todos os níveis educacionais, ficando a União, responsável pelo ensino superior.

Políticas públicas educacionais direcionadas ao ensino superior devem ser fomentadas, para além de repartições orçamentárias, como sendo instrumentos financeiros de efetivação de autonomia para tomada de decisões que atendam as necessidades educacionais.

As políticas públicas do Programa INCLUIR são estratégias de caráter desenvolvimentista e não de natureza assistencialista, visando diminuir as desigualdades existentes na sociedade (entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência<sup>2</sup>), disponibilizando orçamento para aplicar em serviços e recursos de acessibilidade com o fito de promover a plena participação dos estudantes.

Não só a acessibilidade arquitetônica, mas as demais formas de acessibilidade,

[...] a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. (ONU,2006)

A compreensão da acessibilidade pela ONU traz um contexto de efetividade e igualdade de oportunidades, as quais devem ser uma atuação do ensino superior.

#### 4 CONCLUSÃO

As discussões sobre políticas educacionais são necessárias para identificar a aplicação das políticas públicas inclusivas, em se responder os questionamentos de a possui uma relevância social a qual responde aos questionamentos Lasswellianos: “Quem ganha?”, “O que se ganha?”, “Por que se ganha?” e “Qual a diferença em ganhar?”

---

<sup>2</sup> Potenciais benefícios para alunos com deficiências seriam: participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadores; ter mais oportunidades para observar e aprender com alunos mais competentes; viver em contextos mais normalizantes e realistas para promover aprendizagens significativas; e ambientes sociais mais facilitadores e responsivos. Benefícios potenciais para os colegas sem deficiências seriam: a possibilidade de ensiná-los a aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, e promover neles atitudes de aceitação das próprias potencialidades e limitações (Mendes, 2006, p. 388).



As políticas inclusivistas (SASSAKI, 2003) se estabelecem para mudar a sociedade, a estrutura comum, dentro de uma dialeticidade prevista no ciclo das políticas públicas, a serem alcançadas ao mesmo tempo que estabelecem o caminho para a concretização dos direitos fundamentais, ocasionando a inclusão e a integração social das pessoas com deficiência e construindo, assim, uma sociedade livre, justa e igualitária; como proposto na Constituição de 1988 (SILVA, TOMAZ, 2023).

A inclusão no ensino superior busca assegurar o direito à participação da pessoa PcD na sociedade com as demais, para que faça parte das oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, trazendo o pensamento de Lasswell (1958), ou seja, estabelece em si a política, uma proposta de mudança social e econômica, pois passa a permitir que possam desenvolver seu interesse profissional, sentir-se incluído no contexto acadêmico e sujeito ativo do desenvolvimento econômico do país.

Necessário, portanto, se faz mapear as políticas públicas na identificação dos beneficiados, e, dessa forma, e, dessa forma, o indicador que impacte na quantidade de estudantes com deficiência matriculados por ano nas universidades, bem como nas instituições que possuem Núcleo de Acessibilidade instalados, além da quantidade de alunos PcDs graduados. Somente assim, as IES públicas podem apontar os beneficiários de política pública INCLUIR, e ratificação se estabelece na identificação de pessoas com deficiência graduadas no mercado de trabalho, nas entidades e órgãos públicos, na participação de programas de pós-graduação etc., contribuindo para o desenvolvimento do estado brasileiro.



## REFERÊNCIAS

- ABICALIL, Carlos Augusto; CARDOSO NETO, Odorico Ferreira. Federalismo cooperativo e educação brasileira: a experiência de Mato Grosso [com a] proposição de um sistema único de educação. In:
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Orgs.). Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: Unesco, 2010, p. 215-242.
- ALVES, Mário Aquino; SEGATTO, Catarina Ianni; PINEDA, Andrea M. *Changes in Brazilian education policy and the rise of right-wing populismo*. British Educational Research Journal, abril 2021, pp. i-iv, 247-499, pp. i-iv, 247-499.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Maria Alice e Afrânio Catani (org.). 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. SP: Editora Politeia, 2019.
- CERVO, A. L. & Bervian, P. A. Metodologia Científica. São Paulo: Prentice Hall., 2002.
- DUBET, François. O tempo das paixões tristes. SP: Vestígio, 2020.
- FIMYAR, Olena. Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 35-56, mai./ago., 2009.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Resumo dos Cursos do *Collège de France* (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GALLO, S. Infância e resiliência – resistir a quê. Leitura: Teoria & prática. Campinas, v. 31, n. 61, p. 199-211, 2013.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). Ações Afirmativas. Políticas Públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DR & A. 2003.
- GOMIDE, Alexandre; SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmonte e reconfigurações. In: GOMIDE, Alexandre; SILVA, Michele;
- LEOPOLDI, Maria (Org.). Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-1022), Brasília: IPEA; INCT/PED, pp. 1-10, 2024.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; Perl, A. *Studying public policy: principles and processes*. 4. ed. Toronto, CA: Oxford University Press, 2020.
- KNILL, C.; TOSUN, J. *Public policy: a new introduction*. 2. ed. New York: Palgrave MacMillan, 2020.



LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. Trad. Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997.

LASWELL, H. D. Politics: Who Gets Whats, When, How. Clecveland, MAridian Books, 1936/1958.

LAZZARATO, Maurizio. Fascismo ou Revolução? O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

LINDBLOM, C. *The science of muddling-through*. *Public Administration Review*, v. 19, n. 1, p. 79-88, 1959.

LOPES, Maura Corcini; et. al. Inclusão e biopolítica. Caderno IHU Ideias. a. 8, n. 144. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2010.

LOWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. *Public Administration Review*, Vol. 32, No. 4. jul./aug., 1972, pp. 298-310. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4440249/mod\\_resource/content/1/lowi-four-systems-lazzo-f-policy%201972.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4440249/mod_resource/content/1/lowi-four-systems-lazzo-f-policy%201972.pdf). Acesso em: 21 fev. 2025.

MACHADO, Roseli Belmonte. Inclusões, Deficiências e o Cenário Educacional na Contemporaneidade. *Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS*, v. 23, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2022.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33 set./dez. 2006.

NUNES, I., & ANDRADE, F. R. B. (2023). The Permanence of Migrant Students in Higher Education And The Housing Program At Ufc. In *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5386>

PEREIRA, Breno A. DINIZ; Lobler, Mauri Leodir; SIMONETTO, Eugênio de Oliveira. Análise dos Modelos de Tomada de Decisão sob o Enfoque Cognitivo *Rev. Adm. UFSM, Santa Maria*, v. 3, n. 2, p. 260-268, mai./ago. 2010.

PETERS, B. Guy. *Advanced introduction to public policy*. Massachusetts: Edward Elgar, 2015.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

PROVIN, Priscila. Inclusão na universidade: estratégias para o ensino de “todos” no ensino superior. In: *Inclusão e biopolítica*. FABRIS, Elí T. HENN & KLEIN, Rejane Ramos (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RÊGO, E. C.; BENEVIDES, M. G. A Assistência Estudantil e a Redução das Desigualdades Sociais no Contexto de Fragilização das Políticas Sociais. *Revista Inter-Ação, Goiânia*, v. 44, n. 1, p. 151–163, 2019. DOI: 10.5216/ia.v44i1.55626. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/55626>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ROSS, Paulo Ricardo. *A crise da educação especial: uma reflexão política e antropológica*. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: [www.inclusion.hpg.ig.com.br](http://www.inclusion.hpg.ig.com.br). Acesso em: 20 de jul. 2025.



RUA, Maria Das Graças; ROMANINI, Roberta. Para aprender políticas públicas: Conceitos e Teorias. v. 1. Brasília: Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas (IGEPP), 2013.

SILVA, Fernanda Cláudia Araújo da, TOMAZ, Antonio Alex Dayson. Os Profissionais do Direito com Deficiência: Perspectivas de Inclusão sob a Resolução n.º 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os Alunos da Faculdade de Direito da UFC – um estudo de caso, in: Caminhos da Acessibilidade [livro eletrônico]: Trajetória dos 12 anos da UFC Inlui/ (Org.) Fernanda Cláudia Araújo da Silva. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023.pp. 84-98

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologia. Porto Alegre, v.8, n. 16, pp.20-45, 2006.

UNESCO, Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>. Acesso em: 25 jul. 2025.